

# MAGAZINE

Edição n.º2  
abril 2025



## Seminário na AGRO debateu a estratégia da competitividade do setor



### Editorial

2025 um ano de transformação

### Entrevista

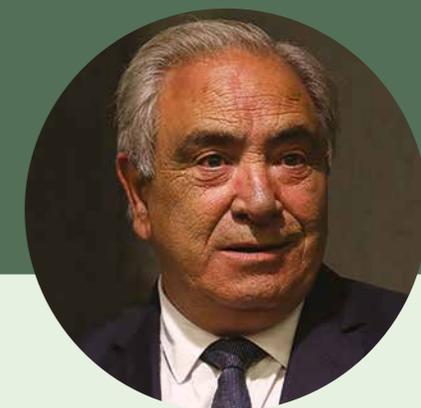
Presidente da CAPOLIB

### Destaque

Projeto Florestas Sustentáveis segue a bom ritmo

# A FLORESTA É O NOSSO COMPROMISSO

## editorial



### Presidente da Forestis

O futuro sustentável das florestas portuguesas muito depende da nossa ação imediata e da implementação de práticas de gestão ativa em todo o território.

A Forestis assume um papel de liderança em 2025, demonstrando, com provas dadas ao longo destes 33 anos, que é possível conciliar a produção de recursos florestais com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais.

Este ano afigura-se como determinante para o setor florestal. Face ao cenário preocupante das alterações climáticas, das ambiciosas metas ambientais em que Portugal está alinhado com o resto da Europa, urge repensar a gestão da floresta.

A sustentabilidade deixou de ser uma meta abstrata para se tornar numa exigência concreta, transversal a todas as etapas da cadeia de valor florestal. Acreditamos que este ano nos proporcione a oportunidade de implementar alguns modelos de gestão resilientes, colaborativos e adaptativos às especificidades do território.

*Carlos Duarte*

### Adaptação, Inovação e Resiliência

A gestão agrupada é uma aposta que pretendemos ver implementada no território. As opções podem ser: os Agrupamentos de Baldios (AdBaldios), as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as Áreas Florestais Agrupadas (AFA), ou as Operações Integradas de Gestão da Paisagem. Estas representam soluções essenciais para alcançar escala, otimizar recursos, captar investimento e promover um ordenamento mais eficiente e sustentável da floresta. Estas soluções promovem a gestão ativa e profissional.

É fundamental revitalizar e valorizar estes instrumentos, bem como alavancar o surgimento de novos modelos, sempre com base na coesão territorial, na capacitação técnica e na corresponsabilização dos diversos atores.

Por outro lado, é imperativo continuar a reforçar a ligação entre floresta e as novas tendências tecnológicas. A transformação digital e a inovação têm de ser colocadas ao serviço dos agentes florestais, facilitando o planeamento, a monitorização e a tomada de decisão, otimização dos recursos e promovendo uma gestão mais capacitada e eficaz. Outro ponto relevante é a resposta adequada às necessidades do abastecimento à indústria, que exige matéria-prima de qualidade, sustentável e de forma continuada.

Daí ser necessário aumentar a produção florestal nacional e consequentemente minimizar a dependência das importações, promovendo uma maior retenção de valor no território. Este esforço pode e deve estar alinhado com a implementação de novos modelos de negócio, impulsionando cadeias curtas, circuitos de proximidade e o desenvolvimento de novas fileiras associadas aos serviços de ecossistema.

Este será um ano de ação, para consolidar políticas públicas alinhadas com o território, fomentar parcerias entre os diferentes protagonistas da fileira florestal e colocar em prática soluções disruptivas. Mais do que nunca, é prioritário olhar para a floresta não apenas como recurso natural, mas como uma janela de oportunidades.

Nesta edição da revista, destacamos os projetos inovadores em que estamos envolvidos e que demonstram a nossa vitalidade enquanto movimento associativo, que integra 36 OPF's de Norte a Sul do país.

Termino, lançando o repto, para que se juntem a nós neste compromisso com o futuro das florestas portuguesas.

De mãos dadas, vamos fortalecer a nossa rede colaborativa!

# ÍNDICE



3

## EDITORIAL CARLOS DUARTE

Presidente da Direção da Forestis

5

## DESTAQUE

Seminário realizado na 57ª edição da AGRO com elevada adesão de participantes

7

## ATUALIDADE

Workshop em Arouca debateu a problemática dos incêndios florestais

10

## ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA CAPOLIB

Conheça os projetos em curso em Boticas do setor florestal

14

## OPINIÃO Fernando Mota

18

## NOVO PACTO DA FLORESTA

Trata-se de um investimento de 6 500 milhões de euros ao longo de 25 anos

20

## AGENDA TRANSFORM

Visita a parcelas de uma área demonstrativa localizada na Serra da Lousã

# Destaque

## Representação da Forestis na AGRO foi coroada de êxito

A Associação Florestal de Portugal marcou presença na 57.ª edição da AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que se realizou entre os dias 3 a 6 de abril, no Fórum Braga. No dia de inauguração do certame, o Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes visitou o stand da Forestis e elogiou o trabalho desenvolvido pela Associação Florestal de Portugal, em prol da valorização da floresta nacional.

O presidente da Forestis, Carlos Duarte aproveitou a presença do governante para dar a conhecer in loco a nossa rede associativa, que é constituída por 36 OPF's.

Durante a tarde, a Forestis promoveu o seminário “Competitividade da Floresta: Criação de Valor Económico”, em parceria com a The Navigator Company.

Na sua intervenção o Presidente da Forestis, Carlos Duarte que traçou uma análise sobre o atual estado do setor florestal destacando a preocupação pelo abandono rural, por grande parte dos proprietários florestais.

O dirigente reafirmou a necessidade imperativa de implementação de políticas públicas adequadas, que promovam

a sustentabilidade e a valorização multifuncional das florestas. Por outro lado, Carlos Duarte focou, o aumento significativo das importações de produtos florestais, consequência direta da falta de aproveitamento e de gestão dos recursos internos.

Além da sua relevância económica através da produção e comercialização de material lenhoso, o líder associativo reforçou que a floresta presta diversos outros serviços de ecossistema, os quais devem ser reconhecidos, valorizados e devidamente remunerados.

Carlos Duarte apelou, assim, a uma mudança estrutural e estratégica na forma como as florestas são encaradas e geridas, sublinhando a importância de um compromisso coletivo para com a sua preservação, ordenamento e valorização.

O Presidente da Forestis vincou que as Organizações de Produtores Florestais (OPF) podem e devem assumir um papel ativo na gestão florestal e na valorização do material lenhoso, constituindo-se como agentes fundamentais para a mobilização dos proprietários e a dinamização das áreas florestais.

O responsável pela Associação Florestal de Portugal concluiu que o verdadeiro desafio que se pretende, em conjunto com as OPF's e o Estado, “é a concretização

efetiva das políticas públicas, garantindo que estas se traduzam em resultados concretos no território, com impacto positivo para os ecossistemas, as comunidades locais e a economia rural”.

Perante uma vasta plateia, os especialistas que integraram os diferentes painéis, partilharam conhecimentos valiosos e apresentaram perspetivas inovadoras sobre o potencial económico das florestas. As reflexões foram estimulantes e enriquecedoras, permitindo uma análise aprofundada das questões cruciais para o futuro da floresta portuguesa.

Foi destacada a importância da sustentabilidade, da inovação, da cooperação e do financiamento para impulsionar a competitividade do setor florestal português.

O titular da pasta da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes presidiu à sessão de encerramento, aproveitando para enaltecer o trabalho do Presidente da Associação Florestal de Portugal, Carlos Duarte ao longo dos anos no mundo rural, destacando a sua “competência, disponibilidade e resiliência”. O governante elencou também as diversas oportunidades e desafios que o setor florestal terá pela frente, num futuro próximo.

## FICHA TÉCNICA 2025

**PROPRIEDADE**  
Forestis-Associação Florestal de Portugal

**Contactos:**  
Rua de Santa Catarina, nº 753, 4480-454 Porto  
tel: 222 073 130

geral@forestis.pt

www.forestis.pt  
NIF: 502 798 572

**Produção e Coordenação**  
Departamento de Comunicação  
Teresa Santos

**Paginação e Produção Gráfica**  
Opal Publicidade | Empresa Diário do Minho, lda

**Impressão**  
Tiragem: 500 exemplares

Copyright Forestis. Todos os direitos reservados 2025



# Opinião

## A potencialidade dos Serviços de Ecossistema das Florestas

André Chaves

a.chaves@forestis.pt



A crescente pressão sobre os recursos naturais, impulsionada pela expansão populacional e pelo modelo de produção e consumo linear, exige uma reflexão sobre a sustentabilidade do nosso sistema económico. O modelo atual de exploração dos recursos não é mais viável a longo prazo, especialmente diante dos desafios das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da degradação ambiental. A mudança de rumo é imperativa.

Neste contexto, a bioeconomia e a economia circular surgem como caminhos para um modelo económico sustentável. A bioeconomia, que integra atividades baseadas em recursos biológicos como florestas, agricultura e pescas, oferece soluções para a produção de alimentos, energia e produtos químicos, promovendo uma economia regenerativa. A economia circular complementa ao focar na redução, reutilização e reciclagem de materiais, criando um ciclo fechado que minimiza desperdícios e maximiza o valor dos recursos.

No entanto, a implementação de modelos circulares enfrenta desafios, como a falta de investigação empírica, especialmente no setor florestal, o que dificulta a adoção de práticas circulares por PMEs. Para que estas possam tirar proveito da bioeconomia circular, é necessário entender como integrar essas práticas de forma eficaz.

As florestas desempenham um papel crucial na regulação climática e na mitigação de desastres naturais. Com 43,5% do território da União Europeia coberto por florestas, a gestão

sustentável desses recursos é essencial para o sucesso da bioeconomia circular. Contudo, a adaptação das florestas às alterações climáticas, a preservação da biodiversidade e a harmonização das políticas florestais com os objetivos de sustentabilidade representam desafios.

É urgente repensar a gestão das florestas, buscando conciliar as exigências sociais e políticas com as potencialidades da bioeconomia circular. A valorização de biomassa para a produção de energia renovável e de produtos florestais não lenhosos oferece novas oportunidades para o crescimento económico sustentável.

A transição para uma economia sustentável enfrenta desafios, como a gestão eficiente dos serviços de ecossistemas, que incluem a regulação do clima e a proteção da biodiversidade. A economia circular pode gerar efeitos adversos, como o aumento da produção e consumo sem redução de impactos ambientais. A bioeconomia, ao substituir combustíveis fósseis por biomassa, também apresenta riscos caso os recursos biológicos não sejam geridos de forma sustentável. Assim, é necessário um equilíbrio entre os aspectos económicos, sociais e ambientais.

Nos últimos anos, o interesse pelos serviços de ecossistema das florestas tem crescido, incluindo o ecoturismo e o mercado de produtos naturais e sustentáveis, criando novas fontes de rendimento para proprietários florestais. Além disso, a gestão participativa e a inovação nos modelos de negócio são essenciais para promover a sustentabilidade no setor florestal.

As florestas têm um papel crucial na mitigação das alterações climáticas através do sequestro de carbono e da regulação dos ciclos hidrológicos. No entanto, a crescente vulnerabilidade das florestas a perturbações como secas e incêndios, exige uma gestão florestal adaptativa. A integração dos serviços de ecossistemas e a adaptação das florestas às alterações climáticas são essenciais para garantir a resiliência dos ecossistemas.

A União Europeia tem desenvolvido políticas para enfrentar os desafios da gestão florestal, incentivando práticas sustentáveis e promovendo a adaptação das florestas às alterações climáticas. A utilização de tecnologias inovadoras e a participação das comunidades locais são essenciais para a eficácia dessas políticas. O Pagamento por Serviços de Ecossistemas (PSE) pode ser uma ferramenta importante para promover a gestão sustentável das florestas.

Em conclusão, a transição para uma bioeconomia circular no setor florestal é vital para um modelo económico mais sustentável. A adaptação das florestas às alterações climáticas e a preservação da biodiversidade exigem uma abordagem integrada e colaborativa. Com políticas públicas alinhadas aos princípios da bioeconomia circular, a cooperação entre diferentes setores e a inovação, é possível garantir uma economia regenerativa e de baixo carbono.

# Atualidade



## Forestis levou Advance Forest à Serra da Freita

“Não podemos falar na Floresta só quando há incêndios. Temos de falar na Floresta naquilo que é o seu potencial, nomeadamente a nível económico”, afirmou o Presidente da Forestis, Carlos Duarte na sessão de abertura, do Workshop sobre “Incêndios Florestais - Prevenção e Comportamento de Emergência”, no âmbito do Projeto Advance Forest, que decorreu ontem em Arouca. O evento contou com uma vasta adesão de público.

O presidente da Associação Florestal de Portugal salientou que esta ação integrada no âmbito do Advance Forest é da maior importância, porque “é crucial que haja uma promoção de uma gestão ativa da Floresta”. O dirigente associativo vincou que a Floresta é fundamental “não só pela dimensão económica, ambiental, territorial e paisagística, mas também para o país naquilo que tem a ver com o seu território”.

O Presidente da Forestis elogiou a qualidade dos oradores convidados, focando a relevância da disseminação de conhecimento sobre a prevenção e combate de incêndios florestais: “todos eles na sua área têm um saber, que partilhado coletivamente, é fundamental para que possamos reforçar a capacitação de todos aqueles no território que têm responsabilidade, sensibilizando para aquilo que estão a fazer, para reduzirmos o risco de incêndio e a gestão dos espaços florestais”, atestou.

O conhecido investigador, Prof. Xavier Viegas da Universidade de Coimbra, o Prof. Paulo Fernandes da UTAD, Albano Teixeira,

Comandante Sub-Regional da Área Metropolitana do Porto, José Carlos Pinto, Coordenador Municipal da Proteção Civil de Arouca e Paulo Bessa, Chefe do Núcleo Sub-Regional da AMP e ICNF, constituíram o painel de oradores convidados.

Por sua vez, Cristina Azurara, Perita Coordenadora Região Norte da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) e André Rodrigues, Prof. da Universidade Lusófona, moderaram os painéis.

Durante a tarde na visita de campo, coordenada por Paulo Bessa e orientada Filipe Amorim, ambos do ICNF foram realizadas várias paragens em pontos estratégicos de visualização de parcelas de fogo controlado. Em algumas dessas áreas foi possível observar a aplicação do fogo como ferramenta de gestão de combustíveis e redução do risco de incêndios.

O Advance Forest é um projeto financiado pelo Fundo Ambiental, liderado pela Forestis, em parceria com a Fenafloresta e a Biond.

## Ação de Capacitação de Condução em Segurança em TT

A Ação de Capacitação de Condução em Segurança em TT, no âmbito do projeto “Advance Forest”, financiado pelo Fundo Ambiental realizou-se no início de 2025. A iniciativa organizada pela Forestis contou com dezenas de técnicos da nossa rede, que se mostraram agradados com os conteúdos pedagógicos veiculados.

Ao longo de seis sessões, os participantes tiveram oportunidade de participar nesta

ação de formação, que decorreu na ECP - Escola de Formação da Condução e Prevenção Rodoviária, na Maia, sob orientação e coordenação pedagógica do formador, Luís Lisboa.

Foram abordados os diferentes conceitos relacionados com os sistemas de segurança dos automóveis, que subdividem-se em preventivos, ativos e passivos (airbag, cinto de s

segurança). O funcionamento do sistema ABS (criado há 39 anos) e a sua função, também mereceu particular enfoque na sessão formativa.

Quanto ao Controlo de Estabilidade (ESP) é um sistema comum nos carros capaz de evitar 80% dos acidentes por derrapagem, detalhou Luís Lisboa, formador da ECP - Escola de Formação da Condução e Prevenção Rodoviária.

O foi um verdadeiro sucesso, permitindo aos participantes adquirir novos ensinamentos teóricos e práticos, que serão certamente uma mais-valia para o seu dia-a-dia profissional.

Saliente-se que o projeto Advance Forest visa capacitar com novos conhecimentos os técnicos, produtores, proprietários florestais e outros agentes relevantes, para a nova realidade do sector florestal à escala global, relacionada como uso de tecnologias avançadas nas operações florestais, como meio de diminuir os esforços associados, e a aplicação de novos regulamentos, práticas de avaliação de povoamentos e de segurança nas atividades de silvicultura e exploração florestal.

# Atualidade

## Tecnologia e Sustentabilidade: o Futuro das Florestas com casa cheia

Sob a temática “Tecnologia e Sustentabilidade: o Futuro das Florestas” decorreu no Porto, a 19 de dezembro a Ação de Capacitação e Informação Setorial no âmbito do projeto Advance Forest, coordenado pela Forestis.

Os desafios do Mercado Voluntário de Carbono, as novas ferramentas digitais ao serviço da Floresta e ainda os modelos de gestão agrupada, foram algumas das temáticas evidenciadas no evento.

O presidente da Forestis, Carlos Duarte elencou que ao longo destes 32 anos “temos tentado defender, proteger e apoiar os proprietários florestais e os compartes dos baldios. Temos dezenas de organizações de produtores florestais no terreno, desde o Algarve até ao Minho, que estão sempre a concretizar aquilo que são as ações fundamentais da nossa missão. A Forestis tem uma equipa técnica jovem e muito empenhada que faz esta supervisão, mas que depende muito do trabalho desenvolvido no terreno de cada um dos técnicos das nossas OPF´s”.

“Esta rede Forestis é fundamental, é uma rede autónoma de todos os interesses nomeadamente das Confederações e outros. O nosso compromisso é com o território, com o setor, os proprietários florestais e com os baldios”, atestou Carlos Duarte.

Nesse sentido, “tendo presente aquilo que é o quadro do setor florestal, o que é o risco de abandono, a desertificação do interior, a falta de economia local e aquilo que é a importância do setor florestal e agroflorestal para contribuir para uma maior atratividade dos territórios e uma maior promoção da economia local. Existe o empenho de podermos ir além de defender os proprietários florestais e os baldios, podermos ter uma maior ação de proximidade ainda com os todos os gestores florestais, de forma a assegurarmos uma gestão ativa do espaço florestal”, afiançou o Presidente da Associação Florestal de Portugal.

Para o líder da Forestis, “as OPF´s devem ter um poder ativo para poder substituir o proprietário florestal e poder fazer a operação florestal, fazendo uma gestão agrupada, para tentarmos aumentar

o valor do rendimento e diminuir os custos da gestão”.

“Aquilo que são mercados emergentes, como o mercado de carbono ou serviços de ecossistemas e outros, são formas acrescidas também, [além da venda do material lenhoso] de aumentar o rendimento ao proprietário”, afirmou o dirigente.

Por último, Carlos Duarte defendeu uma Lei quadro do associativismo que identifique aquilo que são condições mínimas para que uma OPF possa ser reconhecida e nesse quadro de reconhecimento ser parceiro para o Estado transferir algumas responsabilidades tendo presente a capacidade instalada.

O evento contou com a presença da Diretora Regional Norte do ICNF, Sandra Sarmento, do presidente do INIAV, Nuno Canada, dos diretores da Forestis, parceiros, registando-se uma adesão em massa dos técnicos das nossas OPF´s.

O Advance Forest é um projeto coordenado pela Forestis em parceria com a Fenafloresta e a Biond.

# Atualidade

## Florestas Sustentáveis e Montes Demonstrativos em Portugal

No âmbito do projeto Florestas Sustentáveis e Montes Demonstrativos em Portugal foram realizadas visitas por parte dos representantes da INDITEX, no primeiro trimestre deste ano.

Assim sendo, as visitas incidiram sobre a área de Talhadas, sob responsabilidade da AFBV, e a área do Machorro, pela APFCA. As intervenções realizadas nestas duas áreas, têm como principal objetivo, demonstrar aos produtores florestais

e à sociedade em geral, que é possível implementar modelos de gestão florestal sustentáveis, baseadas no equilíbrio entre os pilares económico, social e ambiental.

A entidade financiadora deste projeto é a Inditex, estando a coordenação do projeto a cargo da Forestis – Associação Florestal de Portugal e da Associação Florestal da Galiza.

O principal objetivo desta ação passou por realizar um ponto de situação das ações já executadas nas duas áreas de intervenção e planejar os próximos passos.



## Forestis no 3º Workshop de Comunicação para Associados PEFC

A Forestis esteve representada no 3º Workshop de Comunicação para Associados, que teve o formato de Market Place, onde os associados puderam partilhar os seus projetos. O evento teve lugar numa unidade hoteleira, em Fátima, a 9 de abril.

O responsável pelo Departamento de Gestão de Projetos da Forestis, André chaves interveio sobre a temática dos Baldios e Serviços de Ecossistema, destacando temáticas sobre o futuro da floresta em Portugal, designadamente a

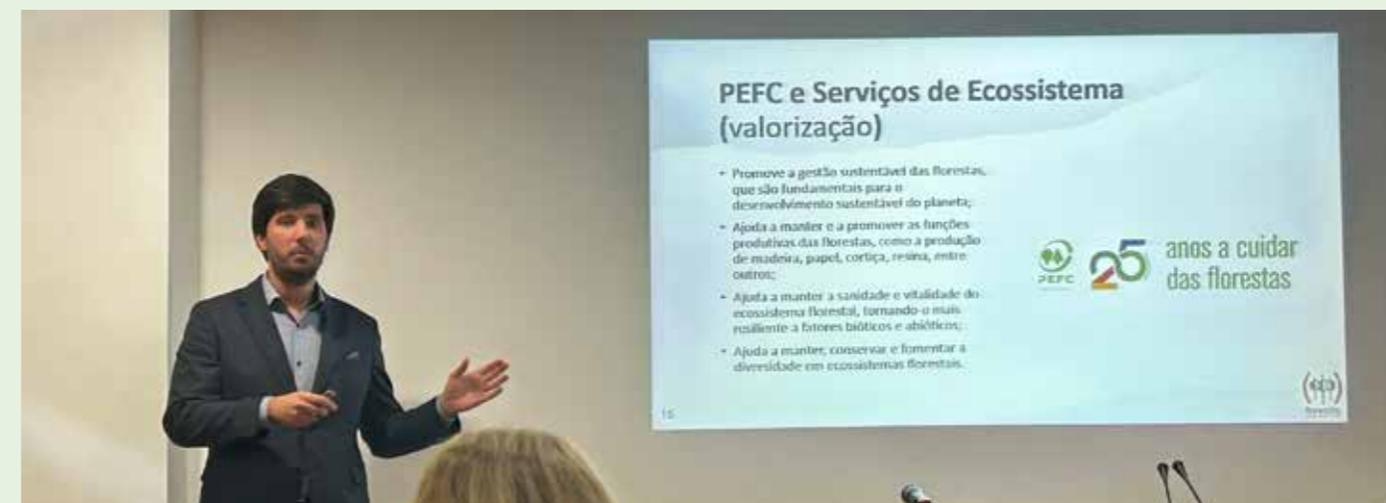
importância das áreas comunitárias, a promoção dos serviços de ecossistema e a necessidade urgente de implementar modelos de gestão agrupada. Os agrupamentos de baldios foram evidenciados como um instrumento estratégico para garantir uma gestão sustentável, eficiente e coesa destas áreas.

Outro ponto relevante da nossa intervenção foi a certificação florestal, enquanto ferramenta de valorização do território e reforço da confiança dos consumidores e mercados.

Foi, ainda, salientado o potencial dos serviços de ecossistema como nova via

de dinamização económica para as zonas rurais, em especial para os territórios comunitários, cuja valorização representa um desafio e uma oportunidade para o desenvolvimento local.

A Associação Florestal de Portugal assume um papel ativo no desenvolvimento e promoção de novos modelos de gestão florestal, posicionando-se como agente impulsionador na transição digital no setor. A presença nesta iniciativa do PEFC reforça o nosso forte compromisso com a sustentabilidade, a inovação e o apoio contínuo às Organizações de Produtores Florestais (OPF´s).



# Eventos

## Jornadas Técnicas da ANEFA

A Forestis marcou presença nas jornadas técnicas 2025 da ANEFA, que se realizaram em conjunto com o Encontro Europeu da CEETTAR (European Organisation of Agricultural, Rural and Forestry Contractors), em Lisboa, no passado dia 20 de março.

O encontro reuniu um painel de especialistas nacionais e internacionais, que debateram o futuro do setor florestal, agrícola e ambiental.

O responsável do Departamento de Gestão de Projetos da Associação Florestal de Portugal, André Chaves integrou a mesa-redonda sobre a "A importância dos prestadores de serviços no mundo rural".

André Chaves focou a relevância que o prestador de serviços tem no mundo rural, como agente e promotor da gestão

florestal sustentável e da necessidade contínua de apostar na formação e capacitação destes intervenientes, tendo como foco a excelência do serviço prestado ao proprietário florestal ou comparte. "O mundo rural atualmente tem sentido grandes dificuldades, das quais se destaca o êxodo rural, culminando numa escassez de mão de obra qualificada e jovem, dificultando a implementação das operações florestais por parte das OPF's".

## JorTec Ambiente 2025

A Forestis esteve representada, nas Jornadas Tecnológicas da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (JorTec 2025), que decorreram a 20 de março.

Tratou-se de um evento organizado pelos alunos dos vários cursos e dirigido a toda a comunidade académica para apresentar, discutir e explorar os vários exemplos do

que melhor se faz em Portugal e no mundo, relativamente a temas atuais da ciência e tecnologia.

A JorTec de Engenharia do Ambiente (JorTec Ambiente), escolheu como tema "O Futuro das Florestas em Portugal" para abordar as questões da sustentabilidade e da importância das florestas portuguesas para as cidades, empresas e vários setores da sociedade.

A Forestis, pela voz do responsável da gestão de projetos, André Chaves focou a importância de reforçar o associativismo do setor florestal.

A iniciativa reuniu um leque de influentes e responsáveis por projetos exímios e de grande interesse, assim como de professores prestigiados daquela instituição de ensino superior.



# Entrevista

"A gestão ativa e resiliente dos espaços florestais é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada e multidisciplinar".



## ALBANO ÁLVARES, PRESIDENTE DA CAPOLIB

A CAPOLIB tem desempenhado um papel determinante no desenvolvimento local do Alto Tâmega e Barroso, fornecendo apoio essencial aos produtores agroflorestais. Tem desenvolvido projetos de eficiência coletiva e resiliência territorial, expandindo parcerias a nível nacional e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor florestal, apoiando produtores e pequenos proprietários.

## Qual é o balanço que faz do trabalho desenvolvido pela CAPOLIB no setor florestal ao longo destes anos?

A CAPOLIB tem vindo a desempenhar um papel central de desenvolvimento local no território do Alto Tâmega e Barroso, assegurando serviços de suporte essenciais aos produtores agroflorestais, mas também, promovendo uma série de projetos de eficiência coletiva e de resiliência territorial, que têm permitido alargar parcerias a nível nacional, com organizações sectoriais, empresas e laboratórios de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Temos desempenhado um papel importante no setor florestal ao longo dos anos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável ao apoiar os produtores e pequenos proprietários florestais, contribuindo para a criação de emprego e economia na região através da promoção e comercialização de produtos florestais, como madeira, resina, cogumelos e outros.

Em suma, o trabalho da Cooperativa Agrícola de Boticas no setor florestal tem sido fundamental para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, embora existam sempre novos desafios.

## A Cooperativa Agro Rural de Boticas é atualmente responsável pela dinamização do Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas. Qual o impacto deste projeto no território e quais as metas a atingir futuramente?

Este projeto permitiu a constituição de uma parceria sólida entre a Cooperativa Agro Rural de Boticas, o Município de Boticas e as Comunidades Locais de em prol de um objetivo comum: uma gestão ativa e de proximidade do território.

O Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas é constituído por 22 unidades de baldio e detém uma área aproximada de 14.300 hectares, foi este ganho de escala, que permitiu, a partir de 2019, efetuar de facto uma transformação da paisagem no Concelho de Boticas, aumentando a resiliência do território, nomeadamente ao nível dos incêndios rurais devido ao efeito das alterações climáticas e dando melhores condições aos compartimentos/agricultores, exemplo disso, foi a instalação de pastagens e roça de matos para o pastoreio extensivo nos baldios.

Também ao nível económico o Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas tem "mexido" com a economia local criando valor para as empresas locais, pois os serviços e obras executadas no âmbito do Agrupamento de Baldios são realizadas por empresas do Concelho de Boticas.

# Entrevista



Ao executarmos os trabalhos do Agrupamento de Baldios com as empresas locais, estamos nós, Cooperativa Agro Rural de Boticas e as Comunidades Locais a contribuir também para fixarmos e atrairmos população para o Concelho, pois a questão demográfica é muito relevante, devido à desertificação e êxodo rural que se acentuou nos últimos anos.

Futuramente os objetivos passam pela valorização e comercialização de produtos, se queremos garantir a sustentabilidade do Agrupamento temos de comercializar produtos e serviços, desde o material lenhoso, passando pelos produtos não lenhosos e o mercado de capital natural, nomeadamente os serviços de ecossistemas.

Neste sentido estamos a desenvolver projetos com outros parceiros que nos irão permitir criar valor nomeadamente ao nível da biomassa florestal, do material lenhoso e cogumelos silvestres.

A coexistência de diferentes interesses, como agricultura, pastoreio, conservação ambiental e turismo nas áreas baldias devem ser consensualizadas pelos compartes. Para o futuro, as metas a atingir podem incluir:

**Implementação de Práticas de Gestão Sustentável:** Desenvolver e promover práticas que garantam a conservação dos recursos naturais e a biodiversidade.

**Criar iniciativas que valorizem economicamente as áreas baldias,** como ecoturismo, produção de produtos locais ou serviços ambientais.

**Alçar financiamento através de parcerias com instituições públicas e privadas,** fundos europeus e outras fontes de investimento.

**Trabalhar em colaboração com diferentes partes interessadas,** incluindo agricultores, ambientalistas e autoridades locais, para encontrar soluções que beneficiem todos.

**Desenvolver sistemas de monitorização** para avaliar a eficácia das práticas de gestão implementadas e fazer ajustes conforme necessário.

Essas metas podem ajudar a garantir uma gestão mais eficaz e sustentável das áreas baldias, promovendo a sua valorização e conservação para gerações futuras.

**No seu entender, quais são os passos para melhorar a governança e valorização dos baldios nacionais?**

As áreas baldias, no passado, representaram uma grande fonte de rendimentos para os compartes, quer através da silva pastorícia quer através de outros bens.

Nos últimos trinta anos, estas áreas foram partitamente abandonadas pelos poderes públicos, assistimos também ao aparecimento quer de associações florestais quer de cooperativas que tentaram de vários modos preencher estas lacunas. Com a capacitação técnica de muitas organizações criou-se uma proximidade com as Comunidades locais de baldios dos diversos territórios. Esta capacitação técnica permitiu que em boa hora se criassem os agrupamentos de baldios que realizaram todo um trabalho de organização e planeamento e de valorização económica dos territórios.

Realizar um levantamento detalhado dos baldios existentes, identificando suas características, localização e potencial de uso. Isso ajudará a entender melhor o que está disponível e quais são as necessidades locais. Nesta matéria os objetivos constantes das normas técnicas dos agrupamentos de baldios permitiram realizar um trabalho exemplar por todos os agrupamentos.

Desenvolver um modelo de gestão que envolva a participação de diferentes partes interessadas, como comunidades locais, governos, organizações não governamentais e setores privados. Promover o uso sustentável dos baldios, incentivando atividades que valorizem o meio ambiente e a economia local, como agricultura sustentável, turismo ecológico e projetos de conservação.

# Entrevista

Fomentar parcerias entre o setor público, privado e a sociedade civil para partilhar recursos, conhecimentos e melhores práticas na gestão dos baldios.

Levar em consideração as tradições e os conhecimentos locais na gestão dos baldios, garantindo que as comunidades tenham voz nas decisões que os afetam.

**A gestão florestal sustentável é um tema cada vez mais atual. Que papel desempenha a CAPOLIB na promoção de práticas florestais sustentáveis entre os seus associados e a comunidade local?**

A gestão florestal sustentável não pode ser só uma ideia bonita propalada pelos diversos atores e alguns líderes de opinião. A gestão sustentável tem de ser assente em ações concretas que permitam ter uma atuação direta nos territórios e que não se limitem a ações pontuais, mas as práticas que se prolonguem no tempo apoiadas em projetos e candidaturas, sobretudo que tenham também como objetivo a sustentabilidade económica. Isso só é possível com planos de gestão a longo prazo.

**Qual a importância que atribui ao SGFS – Grupo Forestis na valorização do setor florestal?**

O Sistema de Gestão Florestal Sustentável do grupo FORESTIS, tem-se mostrado uma mais-valia para o setor florestal como ferramenta de auxílio à Gestão aplicada no Agrupamento de Baldios do concelho de Boticas.

Este sistema de gestão é baseado num dinamismo entre a Comissão Gestora do grupo de Certificação (CTF) e os técnicos da CAPOLIB que são os interlocutores e entre as Comunidades Locais (aderentes) e o grupo de certificação.

Deste modo, com as ferramentas que nos são disponibilizadas, quer sejam estas informáticas, quer sejam formativas, os técnicos da CAPOLIB em conjunto com as Comunidades Locais, tem promovido uma gestão ainda mais ativa e eficaz dos Baldios, de modo a garantirem que esta realmente seja executada obedecendo a todos os códigos de boas práticas que a certificação exige, mas sobre tudo com o intuito de dinamismo e perpetuidade das florestas e de todos os ecossistemas envolventes a longo prazo.

O SGFS, ao longo dos últimos anos tem mostrado que o conceito de floresta é muito mais abrangente do que aquilo que se pensa, tem possibilitado agregar valores quer para a floresta quer para as comunidades não só do ponto de vista monetário como ao nível ambiental e cultural como é o caso das Florestas com um Alto Valor de Conservação e no caso dos Serviços do Ecossistemas, temas que até aqui tinham caído em esquecimento.

**A CAPOLIB colabora ativamente com outras entidades e instituições. Poderia elencar algumas dessas parcerias e explicar como elas contribuem para o vosso enriquecimento associativo?**

A Cooperativa Agro Rural de Boticas tem desenvolvido ao longo da sua longevidade diversas parcerias com instituições públicas e privadas, que têm permitido alavancar diversos investimentos ao nível do concelho de Boticas, nomeadamente ao nível do Agrupamento. Exemplo disso são as parcerias com a WWF Portugal, Grupo Bel, Auchan e EDP-Social, que permitiram proceder ao restauro ecológico, ao ordenamento e gestão florestal e à instalação de pastagens em algumas comunidades.



# Entrevista

A parceria com a Mota-Engil ATIV é mais abrangente e duradoura no tempo, pois estamos a falar de uma parceria que perdurará por um período mínimo de 20 anos e que irá permitir a valorização dos resíduos florestais (biomassa florestal) retirando carga de combustível dos povoamentos florestais e acrescentando valor a este subproduto, dado ser a matéria-prima para o processo produtivo da Mota-Engil ATIV – produção de Biochar.

## O que está a faltar para se alcançar uma gestão ativa e resiliente dos espaços florestais a nível nacional?

Em primeiro, uma previsibilidade temporal na definição e implementação das políticas florestais para os diversos territórios;

Em segundo, capacitação técnica das organizações florestais com contratos programa claros que definam tarefas e objetivos e com planos que contemplem além da sustentabilidade ambiental introduzam também planos de rentabilidade económica quer para as instituições quer para as populações, e isto como já foi referido só se consegue com massa crítica e competência técnica.

E em terceiro, além da previsibilidade as organizações precisam que lhes falem verdade.

A gestão ativa e resiliente dos espaços florestais a nível nacional é um desafio complexo que requer uma abordagem integrada e multidisciplinar.

É necessário desenvolver planos de gestão florestal que sejam abrangentes, adaptáveis e que considerem as especificidades de cada região. Esses planos devem incluir objetivos claros e estratégias para a conservação, recuperação e uso sustentável das florestas.

A gestão florestal deve ser integrada com outras políticas, como agricultura, biodiversidade, água e uso do solo. A falta de coordenação entre diferentes setores e entidades é frequentemente motivo de insucesso.

A implementação de práticas de gestão florestal requer investimento significativo. É importante garantir financiamento adequado, seja através de fundos públicos, parcerias público-privadas ou incentivos para práticas sustentáveis.

A participação das comunidades locais na gestão florestal é essencial. As comunidades muitas vezes têm conhecimentos valiosos sobre os ecossistemas locais e devem ser envolvidas no processo de tomada de decisão.

A utilização de tecnologias avançadas, pode melhorar a gestão florestal, permitindo um melhor planeamento e monitorização.

Ao abordar esses pontos, é possível avançar em direção a uma gestão ativa e resiliente dos espaços florestais, com o contributo de todas os envolvidos nestas temáticas.

## Como avalia o contributo que a Forestis tem proporcionado ao longo destes anos para o desenvolvimento da atividade da CAPOLIB?

A FORESTIS como organização superior é fundamental não só para a CAPOLIB, mas para o conjunto das associações que a integram, quer como órgão de pressão junto do Governo quer com a sua contribuição ativa para a definição de políticas florestais e como porta-voz de todos os problemas que as diversas regiões do país sentem. Tem também um papel também fundamental quer como gestora de alguns programas dirigidos às associações coordenando projetos em rede como são exemplos o REACT-EU, a certificação florestal e outros.

Exemplo da sua importância foi o papel fundamental que teve na criação dos agrupamentos de baldios.

## A Cooperativa Agro Rural de Boticas -CAPOLIB foi fundada em 1952 em Boticas, conta atualmente com cerca de 1500 associados e tem todo o território nacional como área de abrangência. Quais são as principais ambições futuras?

Podemos resumi-las em três objetivos principais: primeiro, continuar a procurar parcerias, quer públicas quer privadas, que permitam o financiamento dos mais diversos projetos. Segundo, apostar em projetos de eficiência coletiva nas várias áreas de negócio, tais como, Agrupamento de Carne Barrosã DOP, Agrupamento de mel de Barroso DOP, Agrupamento de Baldios e outras áreas de negócio ligadas à comercialização de outros produtos (cabrito, cordeiro, trutas, hortícolas) produzidos pelos agricultores e criadores de gado.

Em terceiro a prestação de serviços a todos os associados nas mais diversas candidaturas quer a fundos comunitários, e aconselhamento agrícola e florestal, sanidade animal, e outros.

# Opinião

## Como chegámos a este estado nas nossas florestas e espaços florestais?

Fernando Mota

No presente declínio económico, social e mesmo ambiental do nosso mundo rural, a floresta e os espaços florestais são, incontornavelmente, um assunto central dos nossos dias que, por ser tão conhecido se omite e, que por omitido tantas vezes se esquece.

A realidade da floresta e dos espaços florestais em Portugal é, hoje, conhecida e abordada, sobretudo em cada verão, pela incompreensível dimensão das áreas percorridas pelos incêndios ditos de florestais. Portugal, país que já foi chamado de florestas, transformase hoje, em cada verão, no maior país de cinzas dos espaços rurais europeus. Conhecidas que são as razões de regressão das florestas, desde o Neolítico, e sabendo-se que a agricultura, por boas razões, no mundo em geral e nas regiões do Mediterrâneo em particular, cresceu à custa das cinzas das árvores e das florestas, a inversão deste fenómeno foi sendo, reconhecidamente consolidada, sendo o seu avanço maioritariamente, suportado pela acção dos pequenos proprietários privados e pequenos agricultores, estimulados pelo mercado (madeira e resina), sobretudo, assente na extraordinária espécie que é o pinheiro bravo, o qual respondia, como complemento, à melhoria das débeis economias domésticas, assentes nos sistemas agrários.

A partir dos anos 40, o Estado assumiu os visionários papeis da florestação do País, com a avançada concepção e aprovação, em 1938, do Plano de Povoamento Florestal, da responsabilidade de execução dos Serviços Florestais e, a criação do Fundo de Fomento Florestal (Fomento da arborização nos terrenos particulares), instituição que, à época, desenvolveu práticas pioneiras de silvicultura, desde a expansão e gestão dos montados de sobre e de azi-

nho, à instalação e melhoramento de pastagens, nos des condições mediterrânicas (os montados) até à montanha húmida, em que a espécie vedeta – Pinheiro bravo - teve o maior dos papéis embora, acompanhado em função da edafoclimatologia das estações, de outras interessantes espécies, hoje praticamente abandonadas como é o caso da *Pseudotsuga menziesii*. O esforço de arborização, continuou com bons instrumentos de suporte de que se relevam Projecto Florestal Português / Banco Mundial, o PAF, o PEDAP / PDF, Reg. (CEE) 797/85 O Reg. 2080/92, apoiados pela necessidade de melhorar as produtividades das espécies com o controlo das origens e proveniências (criação do CENASEF) e o envolvimento da experiência da EFN (Melhoramento Florestal).

A partir da década de 60 do século passado, com o início do abandono do mundo rural os povoamentos florestais e algumas florestas, retomaram a recolonização dos seus espaços sobretudo impulsionados pelos incontornáveis apoios estatais. Impunha-se, pela sua natural agressividade o pinheiro-bravo e, mais tarde o eucalipto, espécies que viriam a mudar a nossa paisagem, através das suas extensas áreas de monoculturas.

O entendimento do país relativamente ao papel das “florestas e dos espaços florestais, confirmou-se com a percepção e emergência de novos problemas que se colocavam ao ambiente global, os quais se reproduziram com a intensificação do **diálogo internacional** incrementado, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, no qual Portugal assumiu um papel activo com relevância para:

- O envolvimento e coordenação das Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas na Europa (CMPFE) - Processo Pan-



-Europeu-, de onde nasceram os Critérios e Indicadores (C&I) para o suporte da Gestão Florestal Sustentável (GFS), definida em 1993, como «a gestão e o uso das florestas e das áreas florestais de um modo e ritmo compatível com a manutenção da biodiversidade, da produtividade, da capacidade de regeneração, da vitalidade e das suas potencialidades para garantir, agora e no futuro, as funções ecológicas, económicas e sociais das florestas, tanto a nível local, como nacional e global, sem causar perturbações noutras ecossistemas».

- A Presidência do Comité Silva Mediterrânea da FAO, período em que foi concebido e adoptado o Programa de Acção Florestal para o Mediterrâneo (PAF Med).
- A Organização Internacional sobre Desertificação/Reabilitação de Ecossistemas Florestais Degradados (Lisboa, junho de 1996).

A realidade que vivemos de pré-colapso da árvore, da floresta e dos espaços florestais não é, de todo, somente justificável pela mudança, variação ou alteração do clima, fenómeno tão usado quanto esgotado no momento dos grandes incêndios, nem mesmo na falta de gestão dos povoamentos florestais, apesar da inexplicável, genericamente, prática corrente do plantar e abandonar. Mas, esta fragilização do sector florestal tem, para além do desmantelamento de instituições que foram os motores da sua afirmação, obviamente com relevo para os Serviços Florestais, outras causas próximas nomeadamente:

- A desinteressante remuneração da floresta e dos seus produtos (lenhosos, não lenhosos, serviços de ecossistemas...), pois as actividades florestais têm que ser rentáveis e os produtores florestais, devem ter garantias de que podem vender as suas produções a

# Opinião

preços que os estimulem.

- O descrédito das instituições.

## A prática inexistência de produtores florestais e abulia da grande maioria dos proprietários de terras:

- Genérica ausência de qualidade das produções.
- Bacias de abastecimento não estruturadas.
- Baixa intervenção da indústria.
- A errática estratégia de combate a incêndios.
- A complexa e ingerível profusão de legislação (comunitária e nacional), combinada com a variação quase anual das condições e dos instrumentos de financiamentos (subsídios) – num sector de longo prazo.
- A falta da Estratégia Nacional para enfrentar o abandono rural.
- Erosão do saber fazer florestal.
- Minifúndio – pequena e pulverizada dimensão da propriedade privada e perpetuação da ausência da implementação das soluções que possibilitam a criação de bacias de abastecimento e de gestão com dimensão atractivas .
- A falta de percepção da importância dos Baldios, enquanto interessantes espaços, dada a boa dimensão das suas unidades que permitiriam a criação de bacias de abastecimento atractivas, com edafo-climatologias interessantes as quais, no quadro de um clima em mudança, variação ou alteração, têm condições que permitem às espécies vegetais a sua migração e adaptação, e a harmonização das valências económicas, ambientais e mesmo sociais.
- Envelhecimento da população e afastamento ao sector primário;
- Acentuada degradação de muitos ecossistemas e solos;
- Baixa remuneração dos produtos florestais;
- Baixo valor acrescentado e pouca competitividade da indústria local.

- Alterações climáticas já sentidas, que condicionam a produção e aumentam os riscos, das opções do sub-sector florestal.
- Adequação aos territórios de algumas condicionantes, como Faixas de Gestão de Combustível e Corredores Ecológicos que, apesar da sua indiscutível necessidade e dimensão, deverão ser encontradas alternativas de uso compatíveis com o incremento da produtividade e dinamização de atividades económicas.
- Minimização do risco de incêndio e perdas de produtividade por doença;
- A não adequação do sistema fiscal à especificidade do setor (especialmente no setor primário);
- A não harmonização das estratégias industrial e florestal e a não adaptação das instituições públicas à realidade do setor;
- A não promoção da reflexão contínua sobre estratégias de investigação e de formação.
- A tentação da redescoberta da roda
- A erosão do saber fazer Florestal.
- O Abandono rural.

Simultaneamente, a propósito da mais séria preocupação social que se coloca ao país – o abandono rural - deve entender-se a necessidade de dar toda a atenção e empenhamento político, para a difícil solução de minimização deste fenómeno, também agravado pelo facto de que, apesar de se procurarem desenvolver soluções sociais por outras valências das áreas rurais, com relevo para as ambientais e de lazer, é também verdade que o declínio das atividades agrárias teve como consequências o inevitável declínio do emprego no sector primário e o desaparecimento de atividades rurais tradicionais, que não foram “compensadas”, pela emergência de atividades industriais ou de serviços. Depois, os organismos florestais não ocupam mais que um lugar modesto na hierarquia das instituições, ou seja, a absorção das autoridades florestais e de outros factores contribuem para o enfraquecimento do sector florestal impedindo-o de ter uma influência suficiente sobre as políticas e as prioridades.

Assim, é recomendável que, em mais um momentum de total reconhecimento universal do incontornável papel da árvore e da floresta na solução dos emergentes problemas que se colocam ao ambiente global, bem como dos serviços que prestam, uma análise rápida das ricas experiências do passado, sejam sucessos ou insucessos, para a ajuda e suporte às opções de Transição Florestal que se espera venha a acontecer, para a melhoria do sector florestal e das economias do conjunto das comunidades nacionais. É, assim que, o pré colapso do sector florestal, para além do resultado da combinação daquelas causas, é a conhecida situação das produções florestais nos domínios público, comunitário e privado, que afectando todas elas, releva-se pela sua maior expressão a insustentável situação de consideráveis manchas de pinhal decrépitos, percorridas pelo incêndio ou por pragas e doenças e, assim destinadas à “nobre” utilização em trituração, propriedade de centenas de milhares de proprietários, multiplicadas por miríade de parcelas, bem como a degradação de “imensas” áreas de montados de sobreiro e de azinheira que têm como causas subjacentes mais próximas os excessos de uso dos solos que associados às penúrias hídricas, evidenciam já processos de tamanha fragilização que, a não serem invertidos com adequadas silviculturas, comprometerão, definitivamente, as insubstituíveis valências sociais, ambientais, económicas e culturais destes preciosos “ecossistemas.”

O interesse do país onde não abundam recursos, justificava ontem, como se justifica hoje, o contributo decisivo dos seus dois mais importantes recursos:

- Um renovável: as florestas.
- O outro não renovável: os solos.

## Por tudo o que foi descrito, novas abordagens silvícolas se impõem, obrigando:

- À alteração da tentação de intervenções de silviculturas iminentemente produtivas, obrigando o silvicultor a ter ambições realistas quando intervém no contexto do “jogo

# Opinião

livre” da natureza e no sério quadro de um clima em mudança.

- A conciliar o clima (que não controlamos) com as soluções/objectivos de florestação/reflorestação (que podemos controlar), combinação muitas vezes difícil de conseguir pois apela à avaliação contínua da resposta dos habitats das espécies vegetais e animais, da biodiversidade, da maior aleatoriedade da pluviometria e redução directa das reservas de água, face ao processo de aumento da temperatura. Elencadas as maiores causas conhecidas da real fragilidade do sector florestal, apela-se à vontade política para enfrentar os sérios desafios que se colocam, quer à causa florestal portuguesa quer à ajuda à solução dos sérios problemas que enfrenta o ambiente global, respeitando os compromissos assumidos e ratificados, ou então cair-se-á na nublada perspectiva da não-acção, “permitindo” a inconsequência do não envolvimento de todos os actores no processo de inversão da degradação de florestas, espaços florestais, biodiversidade, ecossistemas, paisagem e solos, e perpetuar-se-á o dramático fenómeno do abandono rural. Assim, aquele fenómeno transformará-se-á num processo irreversível, ainda que, como vem acontecendo, o anuncio de medidas avulsas, todas as medidas, não passarão de paliativos, para ir adiando o desfecho do processo de abandono, e a importância de actividades, com relevância para a agricultura – que foi, é e permanecerá, a razão maior da fidelização das comunidades rurais aos seus espaços de origem, na reorganização dos espaços rurais, terá um papel irrelevante na fixação de pessoas mas e, mais importante, no estímulo à ida de jovens (p. ex.º jovens nem-nem), continuando-se a agravar a fragilidade das florestas e de espaços florestais p. ex.º na insubstituível compartimentação, contra a progressão de incêndios florestais. No quadro seguinte, sintetizam-se as causas que conduziram à frágil situação do sub-sector florestal, bem como se apontam alguns caminhos para a sua melhoria.

Propostas de opções e de desafios para enfrentar os principais problemas. A par das realidades de comportamentos antrópicos muitas vezes desadequa-

dos, a real fragilidade das nossas florestas e espaços florestais, também sofrem de fenómenos que ou não controlamos ou não conseguimos sensibilidades políticas para ajuda à alteração de outros. Propomos a seguir uma breve abordagem para apelo à inversão das causas que mais condicionam os equilíbrios e o alcance dos objectivos que se esperam para o sub-sector florestal, sobretudo na harmonização das valências ambientais, económicas, sociais e mesmo culturais. Depois, Portugal pelo envolvimento que teve, principalmente desde a década de 90 do século passado na intervenção florestal planetária e, porque subscreveu e ratificou todas as convenções e acordos que enformam o debate florestal e ambiental mundial, bem como dispõe de abundantes instrumentos políticos e jurídicos, tem a acrescida responsabilidade do cumprimento daqueles obviamente, ponderado o interesse nacional, das comunidades envolvidas e ouvidos todos os interessados na questão florestal. A resposta aos desafios em questão assentará sempre no respeito pela Gestão Florestal Sustentável (GFS) nas três variantes:

- Conforme a Resolução H1 do pº Pan-europeu: “a gestão e uso das florestas e dos espaços florestais de uma intensidade tal que mantenha a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e o seu potencial para desempenhar, no presente e no futuro, funções ecológicas, económicas e sociais relevantes, aos níveis local, nacional e global, sem causar prejuízo a outros ecossistemas.” Ou:
- Na “Aproximação ao ecossistema (Conforme o definido pela Convenção da Biodiversidade.): “gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos, promovendo a sua conservação e uso sustentado e de modo equitativo.” Em concordância com isto, os ecossistemas florestais deverão ser geridos pelos seus valores intrínsecos e pelos benefícios tangíveis que disponibilizam para o Homem. “A aproximação ao ecossistema é uma estratégia para a gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos (todos) que promova a conservação e o uso sustentável. Uma abordagem de ecossistema baseia-se na aplicação de metodologias cien-

tíficas adequadas, centradas nos níveis da organização biológica, os quais englobam a estrutura essencial, os processos, as funções e as interações entre organismos e os seus ambientes. É reconhecido que o Homem, com a sua diversidade cultural, é uma componente integral de muitos ecossistemas.” Ou ainda:

- Na Gestão próxima da Natureza (FAO).

Justifica-se a opção por uma daquelas três abordagens no alcance da GFS, dado que a floresta e os espaços florestais nacionais são ecossistemas com múltiplas realidades. Proteger e geri-los de forma sustentável, agir em prol da transição climática e ecológica, contribuir para a atratividade e o desenvolvimento sustentável dos territórios, significa preservar as nossas vidas e as das gerações futuras. Esta deve ser uma ambição de todos os parceiros – autarquias, florestais, comunidades, Estado e Organizações locais de Produtores Florestais. Assim sendo, a incontornável mudança nas práticas e nas intervenções, tem que ser obrigatoriamente, sustentável e socialmente assumida, baseada em modelos de actuação que conciliem a produção de bens tangíveis com os imperativos da valorização do capital natural e a preservação dos recursos naturais, que nessa precisa medida deverá merecer da parte do Estado um quadro de apoio financeiro a título da remuneração dos serviços do ecossistema de modo a induzir opções mais próximas da natureza e, como tal, mais protectoras ou reabilitadoras de solos, promotoras de biodiversidade e de uma gradual alteração da paisagem. De entre as condicionantes que mais poderão dificultar a GFS e a harmonização das valências económicas, sociais e ambientais relevam-se:

<b>Perceção da realidade agrária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do papel da agricultura no desenvolvimento rural.</li> <li>• Abandono das pessoas</li> <li>• Processo de degradação dos solos e perda de produtividade biológica.</li> <li>• Declínio económico, social e ambiental.</li> <li>• Desaparecimento de atividades rurais tradicionais, que não foram, genericamente, “compensadas”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pela emergência de atividades industriais ou de serviços.</li> <li>• Falta de atratividade do sector agroflorestal e a sua incapacidade para gerar níveis de vida condignos para as comunidades.</li> <li>• Incêndios rurais</li> <li>• Pulverização da propriedade</li> </ul>
--------------------------------------	---	---

<b>Evolução da realidade agrária no quadro do clima em mudança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de 1º a 4º c das temp. Médias (unho a Agosto) °C.</li> <li>• A precipitação média no mês de Março é atualmente cerca de 27% inferior à que ocorria no início do século XX, sendo a temperatura atmosférica anual 0.74°C superior.</li> <li>• O decréscimo das produções agrícolas situar-se-á entre os 14% e os 40%.</li> <li>• Agravamento do fenómeno da desertificação se não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• houver inversão de todas as práticas que tendem a perpetuar o fenómeno da degradação dos solos e, onde necessário reabilitá-los.</li> <li>• Agravamento do declínio económico, social e ambiental.</li> <li>• A degradação dos solos afeta as reservas de água doce nos planos quantitativo e qualitativo.</li> <li>• A combinação da degradação dos solos com as mudanças climáticas, compromete a Biodiversidade.</li> </ul>
--	--	---

<b>Medidas minimizadoras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ganho de importância das funções agrárias distintas das meramente produtivas, relevando-se o seu carácter multifuncional no quadro das valências sociais, económicas, ambientais e culturais.</li> <li>• Conciliação da “ciência do bom uso dos solos” e de outros recursos naturais, com o desenvolvimento económico, maximizando as suas melhores capacidades naturais.</li> <li>• A união e as sinergias conseguidas em torno desta causa comum, devem ser aproveitadas para catalisar ações supramunicipais de: - Utilização dos solos de modo a permitir economias de escala territoriais que deem dimensão, coerência, pragmatismo e racionalidade a investimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas abordagens sobre a gestão dos riscos, combate às alterações climáticas, gestão mais eficiente dos recursos hídricos, mais objetividade na conservação/reabilitação de solos, máximo aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas bioenergias e conservação da biodiversidade.</li> <li>• Articulação coerente entre as políticas agrárias, florestais ambientais e energéticas e o Plano Nacional de Luta contra a Desertificação em que as políticas, os objetivos e as estratégias ganhem a credibilidade à escala local para o estímulo que o desenvolvimento rural destes espaços e do país não podem adiar nem dispensar.</li> <li>• Medidas de adaptação e de mitigação.</li> </ul>
------------------------------	---	---

<b>Medidas Estruturantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efeito catalítico, capazes de ações supramunicipais, de utilização dos solos, geradoras de economias de escala territoriais que deem dimensão, coerência, pragmatismo e racionalidade aos investimentos.</li> <li>• Criação de bacias de abastecimento florestal com dimensão, para serem atrativas para a silvo-indústria.</li> <li>• Articulação com a silvo-indústria.</li> <li>• Fomento do incremento de valor no tecido industrial local;</li> <li>• Apelo e incentivação às instituições de I&amp;D para programas de melhoramento genético de plantas com mais resistência a temperaturas elevadas e maiores deficiências hídricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulos à recuperação do património e dos recursos naturais do meio rural através da criação de parcerias (público-privadas) que permitam a sua utilização harmonizada com o desenvolvimento sustentável.</li> <li>• Ganhos de eficácia e de racionalidade económica na defesa e no combate a incêndios rurais.</li> <li>• Ajustamento da remuneração dos produtos agrários.</li> <li>• Criação de estratégia para o estímulo à fixação de jovens, através de projetos transversais e transeitoriais.</li> <li>• Remuneração dos Serviços Ambientais.</li> <li>• Mais ambição quanto aos PFNL.</li> </ul>
------------------------------	---	--

<b>Instituições, instrumentos e capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AIGPs</li> <li>• EGFs</li> <li>• Enquadramento no âmbito das:</li> <li>• Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (único quadro jurídico internacional para recuperar terras degradadas),</li> <li>• Convenção Quadro das Mudanças Climáticas</li> <li>• Convenção da Biodiversidade.</li> <li>• Plano Nacional de Luta contra a Desertificação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia Nacional Florestal</li> <li>• Compromissos Internacionais do Estado Português no conjunto das Convenções e da GFS.</li> <li>• Aumento da competitividade da agricultura e silvicultura</li> <li>• Melhoria do ambiente e da paisagem rural</li> <li>• Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e promoção da diversificação.</li> <li>• Criação de capacidades locais para o emprego e a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• diversificação</li> <li>• Criação de governança e de Entidades de Gestão em função da especificidade de cada AIGP.</li> <li>• Pela expressão das áreas de “florestas” e de espaços florestais, tentar a abordagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• dos C&amp;I da GFS,</li> <li>• da Aproximação ao Ecossistema,</li> <li>• da Gestão próxima da Natureza, ou</li> <li>• das suas combinações.</li> </ul> </li> <li>• Outros.</li> </ul>
---	---	---	--

# Divulgação

## Plano Floresta 2050 tem o contributo da Forestis

O Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050 foi apresentado pelo Governo, sob o slogan “**Floresta 2050 FUTURO+VERDE**”, no Dia Internacional das Florestas, 21 de março, numa cerimónia que decorreu na UTAD, em Vila Real.

Trata-se de um investimento de 6.500 milhões de euros ao longo de 25 anos, o plano visa impulsionar a sustentabilidade da floresta em Portugal, através de mecanismos de apoio à gestão florestal e à preservação dos recursos naturais.

O Plano Floresta 2050 reconhece que os territórios rurais que representam 14% da população portuguesa, cerca de 1,5

## Presidente da Forestis no Programa Regional Rural



O Presidente da Forestis, Carlos Duarte foi entrevistado no dia 16 de janeiro no Programa “Regional Rural” da Rádio Regional do Centro de Coimbra, que celebrou esta semana o 4º aniversário de existência. Para comemorar a data, ao longo desta semana foram convidadas as principais organizações do setor agrícola e florestal, onde foram abordadas as principais ambições e perspetivas para 2025. O líder da Associação Florestal de Portugal, destacou a importância do papel do movimento Forestis no setor florestal ao longo destes 33 anos e evidenciou as principais dificuldades vivenciadas pela fileira a nível nacional.

milhões de pessoas enfrentam graves desafios, incluindo a presença de 3,5 milhões de prédios rústicos em heranças indivisas, que representam três vezes a população residente, e são diretamente impactados por fenómenos como as alterações climáticas, a expansão das espécies invasoras e os incêndios rurais.

O documento estabelece um conjunto de 19 medidas e de 154 ações estratégicas para enfrentar estes desafios a valorizar a gestão da floresta. Entre as principais metas do plano, destacam-se a melhoria da gestão e conhecimento da propriedade florestal, a valorização da atividade florestal, o incentivo à inovação, o reforço da resiliência da floresta contra incêndios, pragas e espécies invasoras e a simplificação da governação e processos administrativos relacionados com o setor.



## Forestis na Revista Portugal Global

Na edição de janeiro da revista Portugal Global da AICEP dedicada à temática “A floresta e o papel de Portugal”, o Presidente da Forestis assina um artigo onde é descrito o desempenho ímpar da Forestis ao longo de 33 anos, evidenciando igualmente a sua visão sobre a importância do setor florestal para a economia nacional.

## Forestis lança brochura sobre certificação florestal

A Associação Florestal de Portugal lançou recentemente uma brochura sobre a Certificação da Gestão Florestal Sustentável, onde é explicado o conceito do SGFS, quais os seus objetivos, a sua estrutura, etc. Na publicação está explanada a estrutura do SGFS-Grupo

A Floresta e os espaços florestais desempenham um papel fundamental no território nacional, representando 69% do espaço total do país, envolve cerca de 92 mil trabalhadores, e tem um elevado contributo para a economia nacional (cerca de 6% do PIB nacional).

Para a Forestis este Plano constitui uma oportunidade única para alavancar intervenções estruturantes no setor florestal. A Forestis e as suas Associadas estão disponíveis e empenhadas na concretização das medidas e das ações previstas neste documento.

A Associação Florestal de Portugal foi uma das entidades nacionais que participou ativamente na elaboração do Plano Floresta 2050.



Forestis, os direitos e deveres dos aderentes, e demais informação relevante sobre a temática da certificação florestal.

# Opinião

## Sistema de Gestão Florestal Sustentável (SGFS) do Grupo Forestis

Gabriel Vieira  
certificacao@forestis.pt

O Sistema de Gestão Florestal Sustentável (SGFS) do Grupo Forestis desempenha um papel fundamental na promoção da certificação florestal e na implementação de práticas florestais responsáveis em Portugal, destacando-se como uma iniciativa crucial na promoção da sustentabilidade e competitividade das florestas portuguesas.

A Forestis, como entidade gestora do SGFS, implementa práticas de gestão florestal que equilibram as funções económicas, ambientais e sociais dos espaços florestais. A Política Florestal do grupo orienta estas práticas, assegurando o cumprimento dos princípios de sustentabilidade e estabelecendo objetivos claros para a melhoria contínua.

O SGFS do Grupo Forestis, que abrange diversas regiões de Portugal, é estruturado em seis processos fundamentais: Planeamento e Gestão, Aderentes e Agentes, Comunicação, Controle Operacional, Melhoria Contínua e Qualidade, e Formação e Sensibilização. Esses processos são projetados para garantir a implementação eficaz das práticas de gestão florestal sustentável e o cumprimento dos requisitos normativos, incluindo os da certificação FSC® (Forest Stewardship Council).

A adesão ao SGFS é voluntária, e os proprietários ou gestores florestais comprometem-se a seguir os requisitos estabelecidos, como o cumprimento dos Planos de Gestão Florestal (PGF) e Planos de Intervenção Florestal (PIF), assim como as normas técnicas do sistema. Os profissionais envolvidos, como Técnicos Reconhecidos e Operacionais Reconhecidos, desempenham um papel

crucial na execução das atividades florestais, garantindo que todas as operações sejam realizadas de acordo com as exigências do SGFS e da certificação FSC®.

A Forestis, por meio de sua Comissão Técnica Florestal (CTF), coordena a implementação do sistema, supervisionando a adesão, a formação contínua e o cumprimento das normas, além de realizar auditorias internas e externas. Este compromisso contínuo com a melhoria e a qualidade da gestão florestal é essencial para manter a confiança do mercado e garantir os benefícios sustentáveis para as gerações futuras.

A participação ativa das partes interessadas é fundamental para o sucesso do SGFS. A Forestis mantém canais de comunicação abertos, encorajando o envolvimento de proprietários, comunidades locais e outras entidades na tomada de decisões relacionadas com a gestão florestal. Além disso, dispõe de mecanismos eficazes para a resolução de disputas, promovendo um ambiente de colaboração e confiança mútua.

Em suma, o SGFS Grupo Forestis representa um compromisso sólido com a gestão responsável das florestas portuguesas, assegurando que estas continuem a fornecer benefícios económicos, ambientais e sociais para as gerações presentes e futuras.



# Agenda

## Visita à serra da Lousã no âmbito da agenda transform

A Forestis integrou a visita técnica a parcelas de uma área demonstrativa localizada na Serra da Lousã, copromovida pela ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra, no dia 8 de abril. Foi uma oportunidade para observar no terreno a aplicação de um modelo de silvicultura de espaço contínuo. Este modelo baseia-se na convivência de múltiplas espécies florestais no mesmo território, promovendo a resiliência dos ecossistemas, a diversificação produtiva e a conservação da biodiversidade.

Os povoamentos visitados são de composição mista de resinosas e folhosas, integrando espécies como *Pinus nigra*, *Pinus sylvestris* e *Pinus pinaster* (bravo). Entre estas, no primeiro povoamento visitado, o *Pinus nigra* demonstrou melhor adaptação às condições edafoclimáticas da região, registando uma produção média de 10 m<sup>3</sup> por ha. Por outro lado, o *Pinus sylvestris* apresentou menor produtividade, cerca de 7 m<sup>3</sup> por ha, sendo ainda mais vulnerável a fatores climáticos adversos, e em sítios mais expostos aos ventos (tempestades), apresentou quebras entre 50% e 60%.

Destaca-se igualmente a presença das espécies *Chamaecyparis lawsoniana* e da

*Pseudotsuga menziesii*, que evidenciaram um acréscimo médio significativo, estimado em 22 m<sup>3</sup>/ha/ano e 20 m<sup>3</sup>/ha/ano respetivamente, com um volume em pé de pouco mais de 1000 m<sup>3</sup> por ha, no povoamento visitado. Estas espécies, inicialmente introduzidas com fins de produção lenhosa, mostraram uma excelente adaptação aos solos da região, caracterizados por uma boa capacidade de ancoragem, bem como ao microclima específico da Serra da Lousã.

A diversidade dos povoamentos é enriquecida por espécies, tanto exóticas como autóctones. Entre as exóticas, salientam-se o Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*), o Abeto-de-Douglas (*Pseudotsuga menziesii*), o Castanheiro-do-Japão (*Castanea crenata*) e o Carvalho Americano (*Quercus rubra*), todas elas bem adaptadas ao contexto local e com interesse para a produção de madeira de qualidade. No que respeita às espécies autóctones, foram observados povoamentos de Carvalho Alvarinho (*Quercus robur*), de Castanheiro (*Castanea sativa*), de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e os já referidos de *Pinus sylvestris*, contribuindo para a valorização dos ecossistemas naturais e para o reforço da resiliência florestal.



O microclima da região tem favorecido o desenvolvimento saudável destas espécies, verificando-se igualmente uma elevada presença de líquenes, fungos e musgos, importantes indicadores de qualidade ambiental e equilíbrio ecológico.

No domínio da inovação tecnológica, a visita permitiu acompanhar a demonstração de novas ferramentas aplicadas à gestão florestal. A utilização de drones revelou-se uma mais-valia em atividades como o inventário florestal, a análise fitossanitária e a caracterização da área. A geolocalização de pontos específicos do terreno, aliada à criação de modelos digitais do terreno e da superfície, contribui para um planeamento mais rigoroso e eficiente. Neste contexto, a tecnologia LiDAR destacou-se como uma solução promissora para responder aos desafios dos inventários florestais em povoamentos mistos e de difícil acesso.

Esta iniciativa na Serra da Lousã reforçou a importância da integração entre diversidade florestal, conhecimento técnico e inovação tecnológica, como caminho para uma silvicultura mais sustentável, adaptativa e alinhada com os desafios atuais e futuros da floresta portuguesa.



## CONTACTOS

SIGLA	NOME	MORADA (SEDE)	WEBSITE / FACEBOOK	EMAIL	TELEFONE / TELEMÓVEL
<b>CSAVILANOVACEIRA</b>	Cooperativa Social e Agroflorestal da Vila Nova do Ceira	Largo da Igreja, 3330-460 V.N.Ceira	www.coopvnc.pt	geral@coopvnc.pt	235 770 170 / 917 642 589
<b>AFC</b>	Associação Florestal do Cávado	Avenida Alfredo Ramos nº24, 4715-350 Fraião - Braga	www.afcavado.pt	geral@afcavado.pt	253 218 713 / 917 384 000
<b>VALMINHO FLORESTAL</b>	Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Avenida Miguel Dantas, nº69, 4930-678 Valença	facebook.com/valminhoflorestal	geral@valminhoflorestal.com	251 800 558
<b>CELFLOR</b>	Associação de Produtores Florestais	Rua de S.João, nº 3, 6360-315 Celorico da Beira	facebook.com/celflor.produtoresflorestais/	celflor.celorico@gmail.com	271 747 450
<b>AFLIMA</b>	Associação Florestal do Lima	Rua Poço de Cabaços N.º 61 - Feitosa, 4990-264 Ponte de Lima	www.aflima.pt	afloreslima@gmail.com	258 944 103
<b>AFVS</b>	Associação Florestal do Vale do Sousa	Rua D. António Ferreira Gomes, nº858, 4560-230 Milhundos - Penafiel	www.afvs.ws	geral@afvs.ws	255 213 415
<b>AFLODOUNORTE</b>	Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Edifício D. Manuel V - Rua Militão Beça Ribeiro, Lj. 3, 5190-139 Murça	www.aflodounorte.pt	geral@aflodounorte.pt	259 518 430 961 390 662 / 935 718 686
<b>PORTUCALEA</b>	Associação Florestal do Grande Porto	Rua da Portelinha, nº289, 4510-638 Fânzeres	https://portucalea.pt/site/	geral@portucalea.pt	224 631 866 / 935 631 867 / 9
<b>AFEDT</b>	Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega	Rua António Moreira s/n, 4630-472 Marco de Canaveses	www.maisfloresta.com	geral@maisfloresta.com	255 523 556 / 965 643 079
<b>ARBOREA</b>	Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente Transmontana	Edifício Casa do Povo - R. Dr. Alvaro Leite, nº 3, 5320-332 Vinhais	www.arborea.pt	geral@arborea.pt	273 770 070
<b>CAPOLIB</b>	Cooperativa Agro Rural de Boticas	Avenida do Eiró, Nº 19, 5460-320 Boticas	www.capolib.pt	geral@capolib.pt	276 418 170
<b>ASVA</b>	Associação de Silvicultores do Vale do Ave	Centro Comercial da Vinha, Rua D. Pedro V, nº715, loja 57, 4785-306 Trofa		asva@sapo.pt asso.ave@gmail.com	252 176 130
<b>URZE</b>	Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Rua Cidade da Guarda, Ed. da Estação de Camionagem, r/c, 6290-361 Gouveia	www.urze.org	urze.estrela@gmail.com	238 498 160
<b>AGRIARBOL</b>	Associação dos Produtores Agroflorestais da Terra Quente	Avenida Infante D. Henrique, Ed.Translande, nº 12 - s/2, 5340-219 Macedo de Cavaleiros		agriarbol@gmail.com	
<b>AFBV</b>	Associação Florestal do Baixo Vouga	Centro Coordenador de Transportes, Lj. 7, 3850-022 Albergaria-a-Velha	www.afbaixovouga.pt	geral@afbaixovouga.pt	234 524 056
<b>AFEDV</b>	Associação Florestal de Entre Douro e Vouga	Avenida das Escolas, nº1, Apartado 148, 4540-110 Arouca	www.afedv.pt	afedv@afedv.com.pt	256 949 041
<b>RIBAFLO</b>	Associação Florestal de Terras de Riba Douro	Avenida D. José I, nº64 - Arneirós, 5100-891 Vila Nova de Souto D'el Rei	www.ribaflo.pt	geral@ribaflo.pt	254 619 440 914 508 429
<b>AFACC</b>	Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Antigas Instalações do Matadouro, Estrada Nacional n.º 103, 5400-122 Chaves	www.afacc.pt	geral@afacc.pt	276 326 702 968 779 809
<b>AFCGOIS</b>	Associação Florestal do Concelho de Góis	Praceta Teófilo Braga, nº3, 3330-345 Góis	www.afcgois.pt	geral@afcgois.pt	235 778 828
<b>APFLOR</b>	Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande	Largo da Devesa, Nº 5, 3270-101 Pedrógão Grande	www.facebook.com/apflor	geral@apflor.pt	236 488 837 / 969 529 142
<b>APFAM</b>	Associação de Produtores Florestais de Alvéolos e Murada	Urbanização Salinas, Bloco 2D, 6160-485 Oleiros		apfam@sapo.pt	272 682 380 / 969 846 867
<b>VERDELAFÓES</b>	Associação de Produtores Florestais	Centro Coordenador de Transportes, 3670-254 Vouzela	www.verdelafoes.org	verdelafoes@gmail.com	232 772 018/21 / 968 492 608/9
<b>CEDRUS</b>	Associação de Produtores Florestais de Viseu	Rua do Arrabalde, nº25, 3500-081 Viseu	facebook.com/cedrusapfv/?locale=pt_PT	geral@cedrusviseu.org	232 432 559 / 913 357 209
<b>AGUIARFLORESTA</b>	Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar	Central de Camionagem - Loja nº4, 5450-011 Vila Pouca de Aguiar	facebook.com/aguiarfloresta/?locale=pt_PT	geral@aguiarfloresta.org	259 417 634
<b>AFLOPINHAL</b>	Associação Florestal do Pinhal	Rua General Humberto Delgado, 21 - Edif. DUECEIRA, 3200-242 Lousã	www.aflopinhal.pt	aflopinhal.net@gmail.com	239 991 563 967 436 771
<b>APFCAN</b>	Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alcobaça e Nazaré	Rua da Estação, Antiga Escola Pataias - Gare s/nº, 2445-416 Pataias	facebook.com/profile.php?id=100064673530596&locale=pt_PT	apfcan@sapo.pt	244 580 961
<b>AFRP</b>	Associação Florestal de Ribeira de Pena	Casa da Torre - Cerva, 4870-042 Ribeira de Pena	m.facebook.com/100094685584970/	afrp.geral@gmail.com	259 470 855 / 913 149 350
<b>APFCA</b>	Associação Produtores Florestais do Concelho de Arganil	Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil, Avenida Irmãos Duarte, 3300-013 Arganil	facebook.com/APFCArganil/?locale=pt_PT	apfcarganil@gmail.com	913 304 419
<b>SILVIDOURO</b>	Associação Agro-Florestal	Praça do Mercado, nº 18, 5370-287 Mirandela	silvidouro.com/	silvidouro@gmail.com	278 249 032 / 929 049 644
<b>AMFALA</b>	Associação de Manutenção Florestal dos Amigos do Litoral Alentejano	Zona Industrial Ligeira 2, Rua G - Lote 1183, 7520-309 Sines	sites.google.com/view/amfala/home?pli=1	amfala@hotmail.com	924 015 554
<b>COOPBARROSO</b>	Cooperativa Agrícola do Barroso	Rua Vítor Branco, Mercado Municipal, Loja nº1, 5470-245 Montalegre	www.coopbarroso.pt	geral@coopbarroso.pt	276 009 132 / 276 518 143
<b>AGRO-LILA</b>	Associação Agro-Florestal das Terras do Lila	Avenida Eng. Francisco Baptista Tavares, Nº 7-A, 5430-620 Veiga de Lila / Valpaços	www.facebook.com/people/Agro-Lila-Associação-Agro-Florestal-das-Terras-do-Lila/100054646170401/	agro-lila@sapo.pt	278 769 426
<b>ALTO DA BROCA</b>	Associação de Produtores Florestais do Alto da Broca	Rua da Escola, nº 12, 6420-793 Vilares / Trancoso	facebook.com/altodabroca?locale=pt_PT	altodabroca@gmail.com	271 881 089 / 933 434 928
<b>CUMEADAS</b>	Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana	Edifício da Escola Primária, R. da Escola, 8970-307 Pereiro - Alcoutim		cumeadas@gmail.com	281 547 408
<b>MUTUA DE BASTO</b>	Associação Des.Rural,Mútua Seguros Multi-Serviços, Mut.Basto-Norte	Rua Antunes Basto, nº 344, 4860-351 Cabeceiras de Basto	https://www.facebook.com/p/M%C3%BAtua-de-BastoNorte-61557709313218/?_rdr	geral@mutuadebasto.pt	253 662 311
<b>APOSC</b>	Associação para o Ordenamento da Serra da Cabreira	Espaço do Município - Praça Guilherme de Abreu, 4850-527 Vieira do Minho		geral.aposc@gmail.com	963 401 891

